

## **OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/FLORESTA E INDÍGENA DA REGIÃO DO MÉDIO PURUS - OECFIMP: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA NAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DOS MUNICÍPIOS DE CANUTAMA, LÁBREA E PAUINI**

Claudina Azevedo Maximiano – IFAM (claudina.maximiano@ifam.edu.br)

Clisivânia Duarte de Souza – IFAM (clisivania.duarte@ifam.edu.br)

Francine Pereira Rebelo – IFAM (francine.rebelo@ifam.edu.br)

E-mail para contato: oecfimp.cla@ifam.edu.br

Agência Financiadora:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

**Eixo Temático:** Formação de professores

### **RESUMO**

Este artigo visa apresentar reflexões sobre o projeto “Observatório em Educação do Campo/Floresta e Indígena da Região do Médio Purus – OECFIMP”, que tem como objetivo diagnosticar a realidade educacional e social no sul do estado do Amazonas, envolvendo especialmente os municípios de Canutama, Lábrea e Pauini, situados na calha do Rio Purus. A reflexão aqui apresentada traz o processo de construção de levantamentos sistemáticos de dados; monitoramento das ações ligadas às políticas públicas de educação do campo/floresta e indígena; seguida de análise das políticas públicas de educação na região. Por fim, apresentamos um dos resultados do OECFIMP: o curso de formação continuada para professores do campo/floresta e indígena atuantes em salas multisseriadas. O curso buscou contribuir com a formação dos educadores atuantes na região, bem como qualificar os professores a partir da produção de estratégias para sua atuação em salas multisseriadas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Educação Escolar Indígena, Educação do campo/floresta, Amazônia, Formação Continuada.

### **1. INTRODUÇÃO**

Autores como Bergo, Rocha e Albergaria (2018) apontam que o emprego da palavra “observatório” tem se difundido nos últimos anos. “O conceito de “Observatório” passa pela concepção de núcleo de pesquisa que pode se converter num instrumento de informação e de suporte à decisão pública, potencializando a investigação, a socialização da informação e do conhecimento”. Envolvendo necessariamente trabalho coletivo, múltiplas perspectivas de análise e sistematização do conhecimento, os observatórios propõem reunir e publicizar pesquisas sobre um determinado tema. Nötzold e Rosa

(2014), ao descreverem sua experiência com o “Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPES/UFSC/OEEI”, afirmam que estes são formas de atuação contundentes para a promoção e proposição de pesquisas e políticas públicas que visem à melhoria e aperfeiçoamento da Educação Escolar Indígena. Projetos de observatório como os desenvolvidos por Nötzold e Rosa (2016) apresentam-se como um dos fatores para melhorias da qualidade de ensino e aprendizagem vigente nas escolas, evidentemente combinado com outras possibilidades e investimentos no quadro educacional. Os observatórios têm sido então utilizados como estratégias para levantamento de dados, análise e propostas de intervenção.

A importância de dedicar um Observatório para o monitoramento das ações de políticas públicas para escolas indígenas e do campo/floresta evidencia-se pelas múltiplas dificuldades e complexidades envolvidas nestas modalidades de ensino. A falta de formação dos professores, o desarranjo entre a legislação e a realidade rural, o desrespeito à diversidade cultural e a dificuldade do trabalho com multisseriação são fatores apontados como obstáculos por diversos autores, como Rocha e Salgado (2018), Silva e Reis (2015), Ferreira (2010), Tassinari e Gobbi (2009).

De acordo com dados do INEP, do Censo Escolar de 2021, o estado do Amazonas conta, em 2021, com 5.357 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por 79,6% das escolas. O percentual de escolas de pequeno porte (até 50 matrículas), é de 65,1 a 90,0%, como é possível verificar no mapa abaixo.

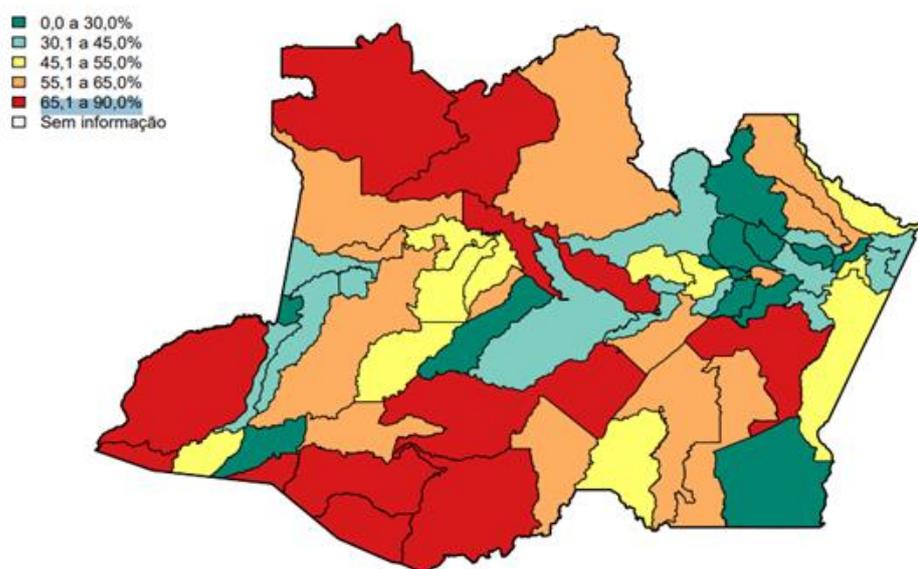


Figura 1- Fonte: Brasil, INEP, 2021 (p.51)

Salientamos que os municípios da região sul do estado, dentre eles Lábrea, Pauini e Canutama que circunscrevem as ações do OECFIMP, encontram-se inseridos nesta realidade escolar, com ampla ocorrência das escolas denominadas do campo/floresta e indígenas, situadas nas comunidades e aldeias da região. Segue abaixo mapa da região situando os três municípios envolvidos na ação.



Figura 2- CEEZE, SDS/AM, 2010

Em nossa reflexão destacamos que além da lacuna em suas formações, os professores enfrentam sobrecarga de trabalho, sendo forçados a assumir outras funções, além da docência, tais como: faxineiro, líder comunitário, diretor, secretário, merendeiro, agricultor, agente de saúde, etc.

Destacamos que estas escolas em sua maioria estão organizadas em classes multisseriadas devido às grandes distâncias das comunidades em relação aos centros

urbanizados, ao baixo número de estudantes em cada série/ano e a falta de professores em todos níveis educacionais (CHIZZOTTI; SILVA, 2018). Esse quadro torna-se mais grave ainda pela deficiência na formação dos professores, com uma porcentagem considerável de professores sem formação superior, além de expressiva parte deles serem servidores com contratos temporários, muitas vezes contratados e recontratados em regimes intermitentes (HAGE; SILVA; BRITO, 2016).

A intenção do projeto OECFIMP foi contribuir para a reflexão/ação tendo em vista uma educação transformadora, que tenha os atores sociais envolvidos como protagonistas dos seus próprios processos formativos e que responda às demandas e anseios das próprias comunidades. A partir de uma perspectiva freiriana, é importante que alunos e professores não apenas sejam formados e capacitados, mas que possam mobilizar mudanças na realidade escolar. Neste sentido, um olhar atento à região do Médio Purus e a criação do Observatório dedicado aos estudos da realidade local, possibilitam o levantamento de material e construção de estratégias que tragam resultados efetivos.

## **2. OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO/FLORESTA E INDÍGENA DA REGIÃO DO MÉDIO PURUS**

O Observatório em Educação do Campo/Floresta e Indígena da Região do Médio Purus - OECIMP tem como foco o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão. A iniciativa vem sendo constituída no âmbito do NEABI/IFAM campus Lábrea em parceria com a comunidade, instituições locais, movimentos sociais afins e com as Secretarias de Educação. As parcerias com as secretarias dos municípios de Canutama e Pauini previram responsabilidade no tocante à comunicação com os docentes e oferta de um espaço físico para as ações do Observatório em cada um dos municípios envolvidos. Destacamos que a Secretaria de educação e cultura de Lábrea, não firmou parceria com o projeto.

Mostra-se urgente o engajamento de esforços e investimentos para a região do Médio Purus, dada a precariedade das condições escolares e dos processos de ensino-aprendizagem na região, expresso pelos números do Índice Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), inferior à média geral do estado do Amazonas. Por exemplo, nos anos de 2019, para os 4º e 5º anos das escolas públicas, o IDEB foi 2,9 (Pauini), 3,6

(Canutama), 3,8 (Lábrea), enquanto isso, a média do estado do Amazonas para o mesmo ano é de 5,3.

Entre as ações do Observatório de Educação estão análises quantitativas, qualitativas e propostas de ação para melhoria da educação na região. Assim, são previstas ações como entrevistas com os Secretários de educação e profissionais envolvidos, pesquisas qualitativas e quantitativas com professores da educação do campo/floresta e indígenas na região, análise dos PPP (Projetos Políticos-Pedagógicos) das escolas e PME (Plano Municipal de educação) dos municípios envolvidas na pesquisa, organização dos dados coletados e divulgação a partir de plataforma online. Planeja-se ainda o que chamamos de “tipiti de soluções”, que são reflexões e proposições baseadas nos conhecimentos coletados e/ou produzidos ao longo das ações formativas e dizem respeito a metodologias e técnicas inovadoras, propostas pelos docentes, e que tenham resultados exitosos e relevantes para educação na região.

Em conversas com professores e agentes públicos dos municípios, levantamos a temática do ensino multisseriado como um desafio na zona rural, pois a falta de formação docente dificulta o trabalho com tal metodologia e impõe barreiras ao ensino e aprendizagem dos estudantes. Desse modo, além do levantamento de dados tivemos como proposta do Observatório a execução do “Curso de Aperfeiçoamento em salas multisseriadas para Professores das escolas Indígenas e do Campo/Floresta na Região do Médio Purus” visando atender demandas da região. O curso foi realizado em 2022 e objetivou a formação continuada de professores, na modalidade de “curso de aperfeiçoamento”, com carga horária de 180h.

Desse modo, visamos contribuir para a formação dos professores, com o foco na discussão, problematização, aproximação e produção de estratégias e alternativas metodológicas específicas para sua atuação. Assim, espera-se melhorar os resultados no processo ensino e aprendizagem dos alunos e auxiliar no cumprimento das metas projetadas para o IDEB nos municípios participantes. A proposta do curso está centrada no respeito à diversidade étnica e sociocultural dos povos e comunidades tradicionais nas quais os professores em formação atuam.

Apontamos que a formação de professores para atuarem nas escolas da zona rural (indígenas e do campo/floresta) é um desafio que se apresenta para as prefeituras no interior do Amazonas. Singularmente na região do médio Purus, mais precisamente nos

municípios de Canutama, Lábrea e Pauini, verificamos a ausência de formação específica para os professores destas modalidades. A título de exemplo, vale destacar que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Lábrea não dispõe de um projeto específico para as escolas da zona rural (MAXIMIANO; GALVÃO, 2020), apesar de um número expressivo de escolas em áreas rurais na cidade, sendo 48 escolas indígenas e 75 escolas rurais não indígenas, somando um total de 125 escolas nas áreas rurais do município.

Além disso, as narrativas dos professores apontam para as dificuldades relacionadas ao cotidiano de uma sala multisseriada (MAXIMIANO; GALVÃO, 2020). Segundo Medrado (2012, p. 140),

[...] As classes multisseriadas buscam agregar todos os alunos matriculados na unidade escolar independente dos níveis de aprendizagem em uma mesma sala, que por sua vez tem como responsável (na maioria das vezes) um único professor, o qual fica responsável por sua estruturação em série/ano/ciclo [...].

A dinâmica da sala multisseriada constitui um grande desafio para os professores das escolas da zona rural desses municípios, agravando-se pela falta de formação específica e continuada para este público. Assim, um curso de aperfeiçoamento focado em métodos e técnica para salas multisseriadas é relevante para possibilitar alternativas aos professores que atuam na zona rural (escolas indígenas e do campo/floresta). Tal formação busca o melhor desempenho dos alunos no processo ensino aprendizagem e melhoria da auto estima do professor e do aluno das escolas rurais, contradizendo o estereótipo ligado às escolas da zona rural, tidas como “fracas”, com resultados inferiores às escolas urbanas. O curso foi uma das principais ações do OFCIMP durante a vigência do projeto FAPEAM, em parceria com as secretarias municipais de Canutama e Pauini. Em Lábrea contamos com a parceria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Movimento Indígena de Lábrea.

Estima-se que o projeto tenha continuidade após a vigência prevista em edital, mantendo sua continuidade através de parcerias com os municípios e no incentivo a pesquisas na região. A criação do Observatório contribui não apenas na organização e produção de dados consistentes e de proporções na linha da formação continuada, mas também acrescenta ganhos significativos, possibilitando avanços no que tange à política

pública de educação do campo e indígena e movimento de pesquisadores no Médio Purus. A proposta converge com os temas apresentados no PPA – Plano Plurianual do Governo do Estado do Amazonas – 2020-2023, no eixo de “Educação Transformadora e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), no eixo (4) Educação de qualidade.

### 3. CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA SALAS MULTISSERIADAS

O curso foi realizado em três grandes módulos, considerando as questões logísticas e em especial, as distâncias amazônicas e o acesso à rede mundial de computadores. Foi um curso de extensão classificado como Formação Continuada, com uma carga horária de 180 horas. O curso teve uma turma única, dividida em quatro unidades físicas, sendo uma no município de Pauini, uma no município de Lábrea e duas no município de Canutama.

A distância geográfica entre os três municípios exigiu um esforço da equipe de organização do curso para preparar o material e favorecer o atendimento das especificidades dos professores das escolas indígenas e do campo/floresta.

A estrutura do curso foi organizada a partir de quatro módulos, divididos da seguinte forma: **Módulo I-** bases e conceitos formativos sobre a Educação do Campo/Floresta, Educação Escolar Indígena e distorção idade/série, com 36 horas presenciais; **Módulo II-** bases e conceitos formativos sobre Letramento na Educação do Campo/Floresta, Educação Escolar Indígena e distorção idade/série, com 36 horas remotas; **Módulo III -** Práticas Pedagógicas em Educação do Campo e Indígena, a partir da utilização de apostila para estudo e aprofundamentos na comunidade, com acompanhamento à distância, composto de 92 horas; **Módulo IV-** organização de diário de experiências e exposição dos portfólios didáticos, compreendendo 16 horas presenciais. As fases de acompanhamento remoto tiveram como subsídios videoaulas, *podcasts*, com informações e orientações produzidas para potencializar o processo de aprendizagem dos professores.

As atividades foram organizadas de forma presencial, em formato de oficinas onde os professores foram reunidos em um espaço na sede do município. Somente em Canutama, a oficina foi realizada em dois momentos, um encontro na região sul e outro na sede do município. Como o projeto não tinha recurso para passagens, o deslocamento das

formadoras foi realizado através de parcerias com as secretarias municipais de educação de Pauini e Canutama e o CIMI, no caso de Lábrea.

Todo o material didático, equipamentos e recursos metodológicos foram financiados pela FAPEAM, juntamente com o pagamento de bolsas. Destacamos que em cada município o projeto possui uma bolsista, que acompanhou os trabalhos do Observatório.

A proposta do curso foi multidisciplinar, todo o material foi produzido por profissionais das áreas de Pedagogia, Antropologia, Agroecologia, Enfermagem e Biblioteconomia. O mesmo foi concluído com uma exposição dos portfólios construídos a partir das práticas docentes dos professores, no formato de uma roda de conversa onde foi oportunizado a troca de experiências num processo de aprendizagem colaborativa.

#### **4. METODOLOGIA**

O levantamento de dados para o Observatório foi realizado pelas bolsistas do projeto, bem como pelas demais pesquisadoras envolvidas. Foram utilizados métodos quantitativos, como aplicação de questionários entre professores e alunos das escolas indígenas e do campo/floresta e métodos qualitativos, como entrevistas com secretários de educação, professores, pessoas envolvidas com a educação indígena e do campo/floresta, lideranças indígenas e do campo/floresta.

Foi realizada análise documental, envolvendo relatórios, artigos sobre a temática, Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas e Plano Municipal de Educação (PME). Por se tratar de uma pesquisa e iniciativa educacional ainda em andamento, no que concerne à tabulação e organização dos dados serão utilizados métodos de catalogação bibliográfica. A divulgação e publicação dos dados de forma *online* está sendo realizada por toda equipe.

A partir da experiência do curso a ideia é que o OECFIMP esteja disponível para responder às necessidades das secretarias de educação, sobretudo no atendimento às demandas de formação continuada dos professores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do Observatório se constitui num esforço acadêmico para refletir sobre educação e diversidade a partir do *lócus* de vivência e experiências de professores do campo/floresta e indígena da região do Médio Purus, no sul do Amazonas. É também, um espaço para fortalecimento das lutas e demandas dos professores, sobretudo no que concerne à formação.

Foi notório que as políticas públicas de educação para as chamadas zonas rurais dos municípios são por vezes fragilizadas nas relações secretaria-professor e, conseqüentemente, enfraquecidas nas relações com as comunidades e aldeias. São diversas as demandas docentes: formação profissional, equipamentos e materiais pedagógicos, melhores condições estruturais de trabalho.

Os professores que estão à frente das atividades nas escolas são penalizados por falta de acompanhamento e materiais pedagógicos, além disso, geralmente costumam estar sobrecarregados com as demandas escolares, visto que é comum assumirem as funções da gestão escolar, organização, limpeza e demandas da comunidade.

A carência de entendimento por parte dos gestores públicos das questões relacionadas às especificidades da educação do campo/floresta e indígena é um agravante no processo de desenvolvimento de metodologias específicas. Por exemplo, nem sempre as instituições públicas respeitam os calendários diferenciados, organização curricular e demandas comunitárias. São inúmeros os desafios que os professores, alunos e comunidades enfrentam para fazer valer o direito a uma educação específica e diferenciada, que respeite os processos próprios de aprendizagem, bem como as línguas, tradições e costumes, preconizados na construção das escolas indígenas e do campo/floresta, pautadas na diversidade étnica e de territórios, singularmente situadas na região Amazônica.

A partir de uma compreensão ampla de educação, assim como das especificidades e diversidades territoriais, étnicas, sociais e políticas dos povos indígenas, ribeirinhos e do campo/floresta, situamos as reflexões e contribuições decorrentes da proposta do projeto Observatório de educação do campo/floresta e indígena da região do Médio Purus, pautado pelo compromisso com os povos da Amazônia e responsabilidade em atendê-los em suas demandas.

## 6. REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Referencial metodológico do zoneamento ecológico econômico da sub-região do Purus**, 2010.

BERGO, M.E.; ROCHA, L.; ALBERGARIA, E. UAB: Um panorama do Sistema de Educação a Distância nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ensino Superior à distância**, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2021**: Resumo Técnico do estado do Amazonas Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/2021/resumo\\_tecnico\\_do\\_estado\\_do\\_amazonas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_do_amazonas_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf). (Acesso em 30 de novembro de 2022).

CHIZZOTTI, A.; SILVA, R. E. V. de. Base Nacional Comum Curricular e as Classes Multisseriadas na Amazônia. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.16, n.4, p.1408-1436, out./dez. 2018.

FERREIRA, Paulo Roberto Nunes. **Na remenda do céu com a terra**: escolas diferenciadas não são Huni Kuĩ. Curitiba, 2010. 275 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAS, Universidade Federal do Paraná, 2010.

HAGE, Salomão Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de A.; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. Educação superior do campo: desafios para a consolidação da licenciatura em Educação do Campo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 147-174, out./dez. 2016.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo; GALVÃO, Vanessa Araújo. (2020) Entre olhares: Plano Municipal de educação e a escola rural do município de Lábrea, AM. **Temporis[ação]**, Ano 23, v. 20, n. 2, p. 1-20, jul/dez 2020.

MEDRADO, C. H. de S. Prática pedagógica em classes multisseriadas. **Entrelaçando**, n. 7, v. 2, Ano III, p. 133 - 148, set./dez. 2012.

NOTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A. **Desafios para a autonomia na educação escolar indígena**. Teoria E Prática Da Educação, 16(2), 35-45, 2014.

NOTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A. **Observatório da Educação: metodologia de pesquisa e protagonismo indígena**. Anais XVI Encontro Estadual de História da ANPUH- SC, 2016.



ROCHA, A.; SALGADO, T. Uma visão sobre como se organiza o ensino médio em classes multisseriadas em uma escola guarani. **Revista Contexto & Educação**, v. 33, n. 104, p. 172-209, 21 fev. 2018.

SILVA, R.; REIS, N. **Educação Escolar Indígena sob discussão de suas Políticas: uma abordagem em uma Escola Indígena no município de São Sebastião-AL**. Anais do I Congresso de Inovação Pedagógica em Arapiraca, 2015.

TASSINARI, A.; GOBBI, I. **Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas**. Educação (UFSM), 34(1), 95 - 112, 2009.